

CONTRA A COMPREENSÃO¹ POR QUE O ENTENDIMENTO NÃO DEVE SER VISTO COMO UM OBJETIVO ESSENCIAL DO TRATAMENTO PSICANALÍTICO

*Bruce Fink**

O objetivo principal da psicanálise com neuróticos não é a compreensão, mas a mudança. Trata-se de fazer com que estes neuróticos — e muitas das pessoas classificadas nos contextos psicoterapêuticos contemporâneos como *borderlines* — digam coisas que tenham um grande impacto em suas economias psíquicas. Caso nós, como clínicos, não consigamos guiá-los a dizer por si mesmos tais coisas, a psicanálise envolve também a nossa palavra como elemento provocador de efeitos transformadores nas vidas destas pessoas. No melhor dos casos, há uma considerável troca envolvida: trabalhamos a partir das deixas um do outro, e o analista ou o analisando acaba dizendo algo que tem um sério efeito sobre o último, cuja autoria e significado muitas vezes não são totalmente claros.

Não precisamos influenciar a compreensão ou a autocompreensão dos analisandos para mudar a forma como eles vivenciam o mundo, a vida, os relacionamentos e seus próprios impulsos. Nosso objetivo não é alterar a maneira como um analisando observa e verifica seu próprio comportamento ou vida fantasiosa, mas sim, para dar um exemplo, *transformar radicalmente* a fantasia que um homem tem há décadas sobre um ato sexual que considera repugnante — ser forçado a fazer sexo oral em um cara maior e mais forte do que ele — de modo que ela não esteja mais no centro de seus pensamentos durante o sexo ou a masturbação, de modo que não o atormente mais na vida cotidiana, de modo que desapareça para nunca mais voltar.

Nosso objetivo não é tentar mudar diretamente a forma como ele pensa sobre essa fantasia, de maneira que diga a si mesmo: “Ah, lá vem aquela fantasia repulsiva de novo — mas tenho que compreender que

eu a tenho porque estou obcecado com o que aconteceu com um cara que conheci no meu bairro quando eu era menino, então devo tentar afastá-la antes que me excite”. O objetivo do trabalho psicanalítico de perspectiva lacaniana *não é* cultivar um ego observador no analisando (ver, por exemplo, Lacan, 1967-68) para que ele possa se perceber conscientemente no ato de ter essa fantasia que o incomodou por dezenas de anos, que o levou ao vício em drogas e álcool; o objetivo *não é* fazê-lo contextualizá-la para si mesmo, menosprezar conscientemente sua importância ou convencer-se a não se entusiasmar com ela. O objetivo é chegar à raiz dela, descobrir todo o material da primeira infância que a fixou ali e tudo o que desde então foi enxertado nela — o que envolve escavar todo esse material e *trazê-lo para a fala*.

Falar sobre esse material em voz alta para outra pessoa não é o mesmo que entender por que essa fantasia surgiu. A compreensão pode às vezes acompanhar a mudança, mas não é um pré-requisito necessário a esta mudança, e pode, em muitos casos, constituir um obstáculo a ela. Trazer as coisas para a fala com outra pessoa é que é o essencial. Como afirmou Lacan (2001b, pp. 139-140):

É falso pensar que uma análise chega a um desfecho bem-sucedido porque o analisando percebe algo conscientemente. [...] O que está em jogo não é, de fato, um movimento para a consciência, mas sim para a fala [...] e essa fala deve ser ouvida por alguém.¹

Para o analisando, explorar todo esse material pode ser lento, doloroso e às vezes angustiante, mas uma vez que isto é feito, a própria fantasia geralmente desaparece por completo. Isso aconteceu com o referido analisando após cerca de três anos de trabalho analítico; como sua fantasia de felação forçada o atormentava há cerca de 25 anos, quase o levando ao suicídio em várias ocasiões, seu alívio foi considerável.

Falamos sobre inúmeras outras coisas durante estes três anos, é claro, mas mesmo assim dedicamos um tempo considerável a lembranças constrangedoras e humilhantes que o analisando inicialmente relutou em discutir. Antes de vir a mim, ele havia passado muitos anos em psicoterapias e análises com vários profissionais diferentes que presumivelmente preferiam se concentrar no presente em vez de sondar o

passado, e as fantasias que o perturbavam e o deprimiam persistiram até o dia em que discutimos um sonho que ele teve.

No sonho, ele estava no chuveiro. Quando lhe pedi para associar com esse chuveiro, ele se lembrou de uma cena de sua infância que nunca havia contado a ninguém antes, que talvez tenha até mesmo recalçado até o momento em que discutimos ela na sessão. Certa vez, quando era pré-adolescente, se sentiu *forçado* a fazer sexo oral em um menino mais velho durante o banho; esse menino permaneceu por décadas em destaque em suas fantasias, e nós falamos dele com frequência, mas a cena em questão não havia vindo à sua mente.

Até aquele momento, o analisando havia acreditado que era fundamentalmente pervertido e falho por *ter tido vontade* de fazer tais coisas em uma idade tão jovem. (Ele também sentia o mesmo em relação a outras atividades sexuais do seu passado.) De repente, lembrando-se da cena do banho de infância durante a sessão, ele se recordou de que *não* queria estar lá, de que *não* queria fazer o que lhe foi pedido por este menino mais velho e mais forte: embora inicialmente tivesse ficado curioso, acabou se sentindo coagido e fisicamente compelido a fazê-lo. Uma semana depois, o analisando relatou triunfantemente que o que havia acontecido com aquele garoto estava “no cerne de [suas] fantasias sexuais, e agora não está mais”. Ponto final.

Será que ele percebeu que pensava em si mesmo como um criminoso hediondo por ter se envolvido nessa atividade sexual infantil, e outras também, e talvez *quisesse* se ver como um criminoso em vez de aceitar o fato de que são necessários dois para dançar o tango? Será que percebeu que talvez preferisse se ver como um criminoso *nesta* situação em vez de nos cenários edipianos anteriores, deslocando seu sentimento de culpa destes para ela? Na minha opinião, não importa tanto se ele percebeu essas coisas ou não, ou se associou nosso trabalho a respeito desta cena infantil específica ao nosso trabalho anterior a respeito de outras cenas infantis. Entender o que aconteceu, por que aconteceu e como mudou é muito bom, desde que não atrapalhe a própria mudança. A compreensão não deve ser tomada como um fim em si mesma pois ela pode servir como resistência. No caso deste analisando, o importante é que ele deixou de ser atormentado por eventos de seu passado e sentiu que um grande peso

havia sido tirado de seus ombros; além disso, a energia que ele gastava para carregar este fardo de repente se provou estar disponível para outras atividades da vida.

Analisandos raramente chegam a essas novas posições libidinais sem passar por uma boa dose de desconforto e constrangimento ao terem que falar sobre fantasias sexuais em grandes detalhes — às vezes repetidamente — até que interpretações transformadoras (que não precisam fornecer nenhum significado, como veremos) surjam. No entanto, há apenas uma quantidade limitada de desconforto e embaraço que podemos poupar a eles enquanto os fazemos dizer todas as coisas que absolutamente precisam dizer para que haja progresso. *Pois é apenas colocando tudo isso em palavras que uma mudança duradoura pode ser realizada.* Não devemos nos iludir pensando que o analisando pode progredir sem nunca explorar plenamente tais eventos e fantasias formativos da infância, pois assim estaríamos prestando a eles um desserviço fundamental.

O trabalho de orientação lacaniana com neuróticos — deixem-me enfatizar novamente que não estou falando aqui sobre psicóticos (acredito que uma abordagem diferente é necessária para isso; ver Fink, 2007, capítulo 10) — não é sobre fornecer significados, mas sim, em vez disso, sobre *colocar o indizível em palavras*. Trata-se de dizer o que sempre pareceu inexprimível (ver, por exemplo, Lacan, 1971-72), impensável, inaceitável e/ou inimaginável para o analisando. Trata-se de dizer o que ele sempre preferiu não admitir para si mesmo; trata-se de dizer todos aqueles pensamentos e sentimentos que ele gostaria que nem existissem.

Dizer todas essas coisas não é o mesmo que entendê-las, seja para o analisando, seja para o analista. Alguém precisa dizê-las, antes de mais nada. *A compreensão* — se é que ela um dia surgirá — *pode esperar*. A análise não precisa fornecer significado: pois o significado é algo em torno do qual o ego se recristaliza; o ego utiliza o significado para construir uma história sobre quem essa pessoa é e por que faz o que faz. Em uma palavra, o significado serve ao propósito da *racionalização*, que mantém o inconsciente afastado. A ênfase do analista no significado e na compreensão muitas vezes leva o analisando a se tornar muito hábil em encontrar explicações psicológicas para seu comportamento, mas faz pouco ou nada para promover a mudança nele, uma mudança completa

de tal forma que ele não é mais tentado a sentir ou agir como no passado.

Parte do trabalho do analista é desmontar o significado, minar a compreensão, mostrando que, longe de explicar tudo, ela é sempre parcial, não total, e deixa muitas coisas de fora. Assim como o trabalho do mestre zen é baseado na noção de que a iluminação não vem do conhecimento, mas é, em vez disso, um estado de ser, o psicanalista percebe que a busca do analisando pela compreensão é parte integrante da busca equivocada do sujeito científico moderno pelo domínio [*mastery*] da natureza e de si mesmo por meio do saber (ver Lacan, 1988a, Capítulo 1). O projeto analítico, por outro lado, envolve lembrar aos analisandos — embora não explicitamente — que eles não são mestres em suas próprias casas e que parte da saúde psíquica é desistir da obsessão pelo domínio.

Nosso objetivo é explorar o inconsciente, trazer o máximo possível deste para a fala, fazer com que o analisando se ouça dizer em voz alta todas as coisas impensáveis e inaceitáveis que ele pensou, sentiu e desejou. No entanto, isso não o habilita a *dominar* de alguma forma seu inconsciente; acreditar que sim seria cair no desejo dele de estar completamente no controle de tudo o que diz e faz, de nunca fazer nada que não tenha planejado e de nunca dizer nada que possa se arrepender mais tarde. Embora a psicanálise vise claramente o estabelecimento de uma nova relação entre o ego e o inconsciente, na qual o ego não mais rejeite e recalque tantas coisas, ela certamente não busca fazer do inconsciente o escravo de um mestre egoico!

Então, não há necessidade de sintetizar o trabalho realizado ao fim de cada uma das sessões, enfatizando as conexões significativas que *nós* vemos nela. Estamos lá para abalar o significado e para lembrar aos analisandos, embora não com tantas palavras, que eles não sabem o que estão dizendo porque são habitados por diferentes vozes ou discursos que muitas vezes são concorrentes e contraditórios. Nosso trabalho “é projetado para fazer ondas” (Lacan, 1976, p. 35), para balançar o barco e não para suavizar as coisas.

Posso, é claro, pensar em muitos exemplos de situações de crise que meus analisandos neuróticos vivenciaram nas quais eu definitivamente *não* queria criar mais ondas além das que já estavam surgindo nas margens de suas vidas. Obviamente, *não* estou dizendo que devemos balançar

o barco em todas as sessões com todos os neuróticos; no entanto, na maioria das vezes, quando o trabalho está avançando em ritmo acelerado, considero não haver necessidade de sumarizar ou de juntar todos os fios. Com o analisando que mencionei anteriormente, passamos algum tempo discutindo suas associações com o sonho, incluindo sua lembrança da cena da infância com o menino mais velho no chuveiro, e encerrei a sessão quando ele disse, comentando sobre algo no chão do banheiro do sonho que ele esfregou com o pé e observou descer pelo ralo: “É como se tudo isso estivesse indo pelo ralo — não apenas isso, melhor do que isso, ficou brilhando limpo embaixo”.

Não vi necessidade de afirmar o óbvio, que o desejo do analisando era em primeiro lugar que tais cenas nunca tivessem acontecido, que sua infância tivesse sido inocente em relação a toda exploração e conhecimento sexual. Sua sensação era de que tudo isso estava indo pelo ralo, então por que não deixar ir pelo ralo? Terminei a sessão ali (praticando, como faço, a sessão de duração variável), sem qualquer tipo de explicação, e foi exatamente o que aconteceu: foi tudo por água abaixo.

Ao fazer isso — de modo apropriado a alguém tão obsessivo, mesmo que o “algo” no chão do chuveiro fosse esbranquiçado, não marrom —, isso agitou as coisas e gerou novo material. Sem que soubéssemos de antemão que havia uma conexão, um dos tópicos que o analisando abordou nas sessões subsequentes dizia respeito a uma época em que ele ficava em casa sem ir à escola, fingindo-se doente. Quando pedi mais detalhes sobre *quando* ele começou a faltar aula, descobri que era na mesma época em que ele se sentiu envolvido em experiências sexuais com esse menino mais velho que ele via ocasionalmente na escola. O analisando tinha sido um aluno nota dez até aquele momento, mas tornou-se um péssimo estudante a partir de então, eventualmente desistindo, se formando muitos anos depois, e tendo dificuldades na faculdade, a qual ele não conseguira terminar.

A mudança abrupta em seu vínculo com a escola parecia ter relação, ao menos em parte, com aquela experiência sexual infantil; e seu insucesso em concluir o bacharelado por décadas claramente o prejudicou profissionalmente. Mesmo na casa dos quarenta, ele frequentemente queria “matar aula” no trabalho, fingindo estar doente, sem saber

realmente por quê. Sua atitude em relação à vida acadêmica havia começado a mudar recentemente na análise, mas permanecia repleta de angústia. Depois de nossa discussão sobre a cena do chuveiro, ela mudou de forma mais rápida, e ele parou de temer ir para o trabalho e de investir grandes quantidades de energia pensando em maneiras de evitá-lo ou ser dispensado dele.

O que eu encontro na maioria desses casos é que o analisando mais cedo ou mais tarde relata ter mais energia ou, em resposta a uma pergunta que faço sobre o trabalho, responde que passar mal ou fingir estar doente e ficar em casa acabou há algum tempo, ele não sabe quando. Nesse caso o analisando declarou não ter ideia de quando ou por que as coisas mudaram, nem mesmo parecia interessado nestas questões. Acho que cabe àqueles que desejam dizer que ele deve ter *entendido* algo (algo sobre seu passado ou alguma conexão entre seu passado e seu presente) esclarecer em que poderia consistir esse *entendimento* já que o próprio analisando não pôde dizer nada a esse respeito. Eu argumentaria que o analisando não precisa saber, que ele não precisa ser capaz de formular as coisas como acabei de formular aqui, caso eu esteja correto em supor que ele estava relutante em ver o menino mais velho na escola e começou a encontrar razões para faltar aula. *Não é necessário que o analisando saiba para melhorar*, para parar de sabotar sua vida e sua carreira.³

O IMAGINÁRIO É CENTRADO NA COMPREENSÃO DO SIGNIFICADO

Tendo destacado o fato de que a psicanálise deve ir além da injunção délfica (muitas vezes associada a Sócrates) de “conhecer a si mesmo” — um conhecimento consciente e articulado muitas vezes atrapalhando a mudança em vez de facilitando-a; o projeto socrático a fomentar a ilusão da possibilidade de autodomínio egoico —, gostaria de explicar brevemente os conceitos de Lacan de imaginário e simbólico. (Leitores familiarizados com o uso de certa forma diferente desses conceitos por Lacan no início dos anos 1950 e seu uso ainda mais complexo em seu trabalho posterior certamente ficarão insatisfeitos com meu tratamento superficial deles aqui, mas acredito que não os farei justiça no espaço de um artigo como este, que tem objetivos decididamente práticos.)

Lacan traça uma distinção fundamental entre o imaginário e o simbólico — isto é, entre a dimensão ou registro imaginário e a dimensão ou registro simbólico. Trabalhar no registro imaginário — que no vocabulário de Lacan se refere precisamente ao reino das *imagens*, sejam elas visuais, táteis ou outras, e não à ilusão em si — envolve tentar entender as outras pessoas como se elas fossem exatamente como eu sou, como se pensassem da mesma forma, ou sentissem da mesma forma sobre as coisas, como eu. O imaginário envolve olhar para os outros e ver a mim mesmo, acreditando que os outros têm os mesmos motivos, bloqueios e angústias que eu tenho. Na medida em que considero seus sentimentos, ou considero que eles têm sentimentos, penso nestes como iguais aos meus. Se vejo uma criança pequena da minha idade cair, posso muito bem chorar. (Podemos dizer que esse é, de certa forma, nosso modo padrão como seres humanos, exigindo um esforço considerável de nossa parte para tentar começar a ver as coisas do ponto de vista de outra pessoa. Pais e professores dedicam grandes esforços para fazer com que as crianças tentem se colocar no lugar de pessoas que são diferentes delas.) Quando estou operando no registro imaginário, comparo tudo o que os outros dizem com meu próprio modo de pensar: acredito que algo faz sentido quando se conforma com meu próprio modo de pensar e agir no mundo, e acredito que não faz sentido quando não se conforma. Eu tomo minhas próprias crenças e sentimentos como modelo com o qual comparo tudo o mais e vejo todas as crenças e sentimentos diferentes disso como estúpidos, irracionais ou totalmente incompreensíveis.

Essa maneira de colocar as coisas, é claro, já pressupõe que sou capaz de reconhecer que os pensamentos e crenças dos outros diferem dos meus, mas o fato é que, quando estou operando no registro imaginário, é provável que eu ignore a diferença entre nossos pensamentos, crenças e pontos de vista, e passe simplesmente a ver e ouvir o que espero ver e ouvir, e não o que está lá para ser visto e ouvido. No registro imaginário, estou focado no que acredito que a outra pessoa está dizendo ou tentando dizer, em vez de naquilo que a pessoa está realmente dizendo. Na medida em que opero no registro imaginário, não consigo ouvir um lapso de fala, porque imediatamente o corrijo em minha mente com o que *eu* acredito que o outro quis expressar. Não preciso muito ouvir o outro

falar, porque acho que já sei de antemão o que ele vai dizer, acreditando que já compreendo seu ponto de vista antes mesmo de ouvi-lo.

Tudo o que o outro diz ou faz a partir de então é interpretado à luz das conclusões que já tirei; todas as ações do outro são interpretadas como se encaixassem em um quadro inflexível, nenhuma de suas declarações ou ações sendo capazes de questionar o próprio enquadramento. Nesses casos, meu quadro se solidificou em um “paradigma estabelecido” e, como sabemos pela história da ciência (ver, por exemplo, Kuhn, 1962), estes muitas vezes nos levam a ignorar fatos que não parecem se encaixar neles ou a lançar dúvidas ou tentar invalidar fatos que porventura possam questionar esses paradigmas.

O registro imaginário traz consigo uma estrutura ou paradigma exatamente desse tipo, um paradigma baseado na maneira particular e pessoal do analista de ver o mundo. Envolve, portanto, uma espécie de cegueira e surdez constitucionais: cegueira para a diferença, para qualquer coisa radicalmente Outra que não se encaixe no quadro preconcebido do analista, e surdez para ambiguidades na fala ou lapsos de linguagem que obstruam a compreensão, que possam frustrar os esforços do analista para encaixar o que ele ou ela está ouvindo em uma moldura preexistente de significado.

Em uma palavra, o imaginário se concentra na compreensão, o que quase sempre envolve tirar conclusões precipitadas sobre coisas que ainda não entendemos completamente, se é que um dia iremos (e argumentarei que não); e se concentra no significado, que quase sempre envolve concepções pré-digeridas e pré-fabricadas que derivam de nossa própria visão de mundo e não das visões de mundo de nossos analisandos. Compreender é, na maioria das vezes, o empenho para reduzir algo ao que já sabemos (ou pensamos que já sabemos)⁴, empenho este que em psicanálise devemos recusar da melhor maneira que pudermos. Seria bom começarmos com a premissa de que provavelmente não entendemos o que nossos analisandos estão dizendo ou o que está acontecendo com eles, e tentar adiar a compreensão o máximo possível, como Lacan (1993, Capítulo 1; 2006a, p. 471) muitas vezes nos prescreve a fazer.

Nada é mais difícil do que apreender a especificidade do que um analisando quer dizer com qualquer formulação em particular, muitas vezes não importando o quão simples esta pareça ser. Se ingenuamente

acreditarmos saber o que uma analisanda quer dizer quando diz que “fez sexo” com alguém, basta-nos perguntar: “Fez sexo?” ou “O que exatamente você quer dizer com isso?”, para termos nossa crença ingênua demolida quando ela responder: “Sabe, nós nos beijamos e nos abraçamos” ou “Sabe, sexo oral”. A última resposta naturalmente ainda nos mantém no escuro sobre quem fez sexo oral em quem, e até mesmo sobre o que a analisanda realmente quis dizer com “sexo oral”. Se pressupormos saber o que ela quis dizer, provavelmente estaremos errados nove entre dez vezes. A linguagem é assim um meio pelo qual podemos potencialmente transmitir coisas uns aos outros, mas também é um muro — um muro entre nós — pois nunca falamos inteiramente a língua um do outro (Lacan, 2006a, p. 282). Temos que trabalhar muito para nos entendermos, mas tendemos a tirar conclusões precipitadas, a tentar encaixar o que os outros estão dizendo em estruturas preconcebidas. (Pensamos que isso economiza tempo, mas muitas vezes não nos leva a lugar nenhum.)

O SIMBÓLICO É CENTRADO NO SEM SENTIDO E NO NONSENSE

Se nada é mais difícil do que captar a especificidade do que um analisando quer dizer com qualquer formulação em particular, pelo menos temos o registro simbólico para nos ajudar a parar de tentar entender tão precipitadamente. Quando operamos no registro simbólico, somos capazes de ouvir o que o analisando realmente diz e considerá-lo em seus próprios termos, e não simplesmente em nossos próprios. Isso requer *atenção flutuante, não atenção flutuante ou centrada em nós mesmos*, que é o tipo de atenção que estamos tão acostumados a prestar no cotidiano. Somos treinados durante toda a vida para encontrar significado no que as pessoas dizem, para preencher as lacunas e buscar sentido quando realmente não há nenhum ou há apenas absurdo (do ponto de vista estritamente semântico ou sintático) a ser encontrado, e este é um hábito muito difícil de quebrar. Esse treinamento nos torna habitualmente surdos aos sons que as pessoas de fato emitem.

Pois o significado que tentamos identificar na vida cotidiana tem a ver com o que significa “para nós”. Raramente nos preocupamos com o

que isso significa em si — estamos preocupados principalmente com suas implicações em nossas vidas. Por exemplo, quando nosso parceiro diz algo de forma elíptica ou um tanto ambígua, nossa principal preocupação normalmente é com o que isso significa sobre seus sentimentos por nós, seu amor por nós, ou a falta dele. Não estamos de maneira geral interessados no significado sintático exato, na significação semântica precisa de sua fraseologia. O que queremos saber é como isso vai nos afetar: isso vai nos afetar e, se sim, como?

Quando uma nova lei ou taxa é introduzida, geralmente queremos saber se ela se aplica a nós: ela restringirá nossas atividades? Se assim for, de que maneira? Isso aumentará nossos impostos? Se assim for, quanto? Nossas preocupações com o sentido na vida cotidiana são muito pragmáticas: quando dizemos que buscamos o *sentido* do que alguém diz, normalmente queremos saber o que isso significa para nós, sobre nós, para nós, em relação a nós. Nosso interesse não está na *significação* em si, mas no impacto, no efeito que terá sobre nós.

Em contraste, quando operamos no registro simbólico, não estamos refletindo continuamente sobre o que o enunciado significa para nós ou sobre nós, mas principalmente o que ele diz sobre o sujeito falante que o proferiu⁵. Tentamos ao máximo ouvir exatamente o que o analisando está dizendo (a letra do seu discurso), mesmo quando prestamos atenção ao significado que ele está tentando transmitir. Isso nos permite notar ambiguidades na fala do analisando que sugerem que ele está dizendo uma coisa enquanto claramente pretende dizer outra, ou está dizendo duas coisas contraditórias ao mesmo tempo. A escuta atenta é da maior importância na psicanálise; se estivermos focados apenas na compreensão (ouvindo no registro imaginário em vez do simbólico), deixaremos muita coisa escapar.

Um de meus analisandos falou certa vez sobre determinados indícios em sua vida de que talvez quisesse desempenhar um papel submisso em relação às mulheres. “Sempre”, disse ele, “que eu encontro uma mulher que quer ser r...” O som com que ele interrompeu a frase soou claramente para mim como um r, então eu disse: “Uma palavra que começa com r?” Ele respondeu: “Sim, e a palavra depois dela seria *up*”. Como eu estava familiarizado com a relutância deste homem em dizer qualquer coisa

em voz alta que pudesse não ser considerada politicamente correta, meu palpite era de que ele estava prestes a dizer “*roughed up*” [agredida], mas que achara isso muito vulgar ou agressivo.

Dei-lhe algum tempo para preencher as reticências, mas quando ele não o fez, perguntei: “*Roughed up?*”. Ele respondeu que isso realmente estava passando por sua mente (naturalmente, nem toda suposição vai acertar o alvo), mas também “*reined* ⁶, como com um cavalo”. Ele admitiu que “*reined up*” (um sintagma que eu nunca teria esperado) não fazia muito sentido⁷, mas que as duas expressões estavam competindo por verbalização ao mesmo tempo. No entanto, “*rein*” levou a uma série de associações que eu nunca poderia ter previsto: a cavalgada que ele fez no acampamento de verão, a dominação de animais, posições sexuais e assim por diante.

Se eu não tivesse ouvido e repetido o r que precedeu a quebra da frase, o analisando provavelmente teria escolhido uma palavra ou expressão totalmente diferente, dizendo algo como “Sempre que encontro uma mulher que não quer ser tratada com cortesia”, e suas preocupações sobre agredir [*roughing up*] uma mulher e o controle [*reining in*] das paixões de uma mulher poderiam muito bem ter sido deixadas de lado.

Quem sabe elas surgissem mais tarde, em outro contexto, mas não me parece haver nenhuma boa razão para esperar semanas ou meses, se não anos, quando o material está bem debaixo de nossos ouvidos, por assim dizer, apenas esperando para ser escutado e destacado — “pontuado”, como diz Lacan (2006a, pp. 313-314). De fato, em muitos casos, o analisando faz rodeios de várias maneiras, fazendo insinuações de um tipo ou de outro para o analista, esperando para ver se este realmente e verdadeiramente quer ouvir coisas que o próprio analisando considera desagradáveis. Se o analista nunca capta tais indícios, o analisando geralmente abandona o assunto por completo. O que poderia ser pior do que isso?!

É tarefa dos analistas ouvir no registro simbólico, em outras palavras, prestar atenção cuidadosa e flutuante para que consigam ouvir o que o analisando realmente diz, não apenas o que ele pretendia dizer ou o que acreditam que ele queria transmitir. Pois *o que acreditamos que ele pretendia transmitir é, afinal, sempre uma projeção de nossa parte*, e a projeção é

parte integrante do registro imaginário. Assim como o analisando pode acreditar que sabe exatamente o que nós queremos dizer, apesar de termos deliberadamente feito uma interpretação polivalente (uma que sintática e/ou contextualmente permita várias leituras diferentes), projetando em nós e em nosso discurso um único significado pretendido, nós também estamos projetando sempre que imaginamos saber o que ele quis dizer. Formamos imagens de nós mesmos como o tipo de pessoa capaz de realizar a difícil tarefa de compreender os outros. No entanto, estritamente falando, tudo o que podemos saber é o que foi realmente dito e que provavelmente houve intencionalidades concorrentes que levaram às palavras proferidas, todo o discurso constituindo essencialmente uma espécie de formação de compromisso.⁸

Uma das primeiras coisas que notamos quando prestamos atenção flutuante e cuidadosa é que muitas pessoas raramente terminam suas frases — não apenas na análise, mas na vida cotidiana também. É muito importante fazê-las terminar suas frases pelo menos em análise! Em primeiro lugar, por que elas as interrompem? Muito frequentemente é porque não querem colocar em palavras o que estavam pensando. Mas é exatamente isso que estamos tentando fazer com que elas façam: colocar em palavras, trazer para a fala o máximo possível de coisas que passam por seus corações e mentes.

Sabemos que os analisandos neuróticos relutam em dizer muitas das coisas que sentem e pensam, e comumente nos referimos a isso como resistência; mas se falharmos em ajudá-los a expressar plenamente aquilo que eles deram um primeiro passo para colocar em palavras, somos nós que estamos resistindo ao processo terapêutico. Como afirma Lacan, *a única resistência na análise é a resistência do analista*.⁹

Os analisandos nos dão inúmeras oportunidades de captar o que está sendo deixado de fora das histórias que estão contando a nós (e talvez a si mesmos) se simplesmente dermos ouvidos a elas. Essas oportunidades incluem 1) pausas indicando que há coisas passando pela cabeça dos analisandos que eles não estão dizendo e sobre as quais temos que perguntar; 2) fala interrompida ou abortada; e 3) imagens ou frases verbais incomuns ou polivalentes ditas por falantes nativos da língua utilizada na análise.

Um de meus analisandos disse que recebeu sua mãe em casa por uma semana e que, durante sua visita, ele “marcou um encontro” (isso envolvia fingir que tinha um quando na verdade não tinha); ele então caiu em silêncio. “O que você está pensando?”, perguntei. “Não sei por que, mas as palavras ‘para deixá-la com ciúmes’ quase saíram da minha boca.” Ele estava relutante em pronunciá-las, pois antes daquele momento não tinha ideia de que poderia querer deixar sua mãe com ciúmes e as palavras, portanto, não faziam sentido para ele.

Mas, como a maioria dos clínicos experientes sabe, é precisamente com coisas que não fazem sentido, e que o analisando provavelmente caracterizará como estúpidas, irrelevantes ou inesperadas, que fazemos análise. Devemos estar atentos a tais coisas, pois a tendência natural do analisando é *não* trazê-las para a fala, uma vez que não as compreende. A maioria dos neuróticos tem uma capacidade considerável de autocensura e filtra um grande número de coisas que vêm à mente e que considera ridículas, sem importância ou totalmente estúpidas. Porém, como diz Lacan, *é com tais estupidezes que fazemos análise* (Lacan, 1998, pp. 11-13).

Não precisamos ver isso como má-fé ou resistência por parte do analisando: as convenções sociais ditam certa dose de autocensura, e cabe a nós quebrarmos o hábito arraigado do analisando de não dizer o vasto número de coisas que lhe passam pela cabeça. Não é suficiente pedir a ele uma ou duas vezes para falar tudo o que lhe ocorre, e supor assim que ele fará associação livre pelos próximos cinco a dez anos sem nenhum estímulo adicional de nossa parte. A associação livre é uma das tarefas mais difíceis imagináveis, e é nosso trabalho ajudar o analisando a associar o mais livremente possível. Quando falhamos em ajudá-lo a fazer isso, nós mesmos estamos, na visão de Lacan, resistindo ao processo terapêutico.

Se não resistirmos ao processo, estimularemos o analisando e ele nos dirá — na grande maioria dos casos — o que queremos saber, ou pelo menos o tanto quanto ele está ciente de si mesmo. Existem, é claro, certos analisandos que, por causa de suas próprias inibições, terão de ser persuadidos, encorajados e até mesmo cativados a falar o que pensam com muito mais frequência do que outros; ou que, por estarem constantemente testando a honestidade do analista, podem fazer disso um jogo, aparentemente falando o que pensam apenas quando solicitados

— isto é, apenas quando têm certeza de que o analista verdadeiramente deseja ouvi-lo. Temos que deixá-los saber que realmente queremos ouvi-lo, mesmo e especialmente quando isso não for muito agradável ou lisonjeiro para nós mesmos! Mesmo e especialmente quando for um pensamento desrespeitoso, imagem horrível ou insulto dirigidos a nós.

Difícilmente podemos esperar que a maioria dos analisandos diga espontaneamente coisas como: “Eu estava pensando que gostaria de ver você morto no fundo do poço, como a pessoa do meu sonho estava”! Essas coisas *não são ditas* no convívio social educado e parecem absurdas para o analisando, que conscientemente acredita que você está tentando ajudá-lo da melhor maneira possível e que ele não tem nenhuma razão “lógica” para ficar com raiva de você. Devemos fazê-lo perceber que ele pode dizer qualquer coisa no setting terapêutico, que estamos preparados para ouvir, e até mesmo *queremos* ouvir tudo o que passa pela sua cabeça, por mais indelicado, impertinente, grosseiro ou socialmente inaceitável que seja. Não porque sejamos masoquistas (afinal, não nos consideramos o verdadeiro alvo dessa raiva), mas para promover a elaboração [*working through*].

O neurótico frequentemente tem medo da hostilidade que o habita, mas se a enfrentarmos de maneira franca, muitas vezes ele também pode, e isso abre a porta para explorá-la por meio da fala, sem destruir a si mesmo nem aos outros no processo. Sem necessariamente se tornar “lógica”, “racional” ou “compreensível”, sua hostilidade tem a chance de ser mais ou menos completamente articulada, o que é parte integrante do processo de elaboração. A elaboração exige que sua hostilidade seja expressa em todas as suas diferentes variações e tonalidades, que seja articulada em relação a todas as diferentes figuras em sua vida pelas quais ele a sentiu (nem todas serão necessariamente projetadas no analista) em seus inúmeros contextos. Para que sua hostilidade diminua, não basta que ela seja repetidamente descarregada ou que seja “compreendida”, supondo que isso signifique algo diferente no caso de afetos do que simplesmente reconhecer suas origens; em vez disso, ela deve ser *articulada* tão exaustivamente quanto possível.

Os analisandos muitas vezes interrompem o que começam a dizer. Eles iniciam um pensamento: “Bem...”, e então mudam de assunto;

isso é conhecido na retórica como *aposiopesis* (incompletude deliberada de um pensamento na escrita ou fala ou uma mudança na construção gramatical). Por exemplo, uma analisanda minha disse: “Minha mãe estava [*was*: era/estava] meio que... Bem, como eu estava dizendo antes, ela foi com meu pai à loja naquele dia e...”. Não devemos deixar de incentivar o analisando a concluir o pensamento inicial. Devemos dizer: “Sua mãe era [*was*] meio que... o quê?” antes que ela vá longe demais no próximo pensamento, porque, caso contrário, ela provavelmente não se lembrará do que estava prestes a dizer. Outra analisanda estava falando sobre seu pai e disse: “Eu sinto...” e caiu em silêncio. “Você sente?”, eu perguntei, para incentivá-la a terminar seu pensamento. “Sinto vontade de matá-lo!”, foi a resposta dela.

Eu certamente não poderia prever o que viria depois do “eu sinto”, e não fiz a pergunta para entendê-la melhor (embora como alguém poderia *tentar* entendê-la sem fazê-la completar a frase eu não sei), mas para que ela trouxesse à fala o afeto que a habitava.

Os analisandos que são falantes nativos ou virtualmente nativos da língua em que a análise é conduzida costumam usar imagens ou frases verbais incomuns ou polivalentes que claramente equivalem a formações de compromisso (mais claramente do que a maioria das falas). Um analisando meu, que frequentemente se queixava de disfunção erétil, estava comentando sobre uma mulher que apareceu em um sonho quando proferiu: “O que realmente *sticks out* [se destaca]¹⁰ nela é...” A maioria dos falantes nativos reconheceria “*stands out*” [se destaca] como aquilo o que ele queria ter dito. Se o analista repetir “*sticks out*”, chances são que ele evoque outra coisa: algo que provavelmente estava lá na escolha de uma expressão que não é lá muito correta, não faz realmente parte do uso comum, mesmo que a maioria das pessoas ignore a “corrupção” das expressões mais normais ou mais usuais. O analisando pode, a princípio, negar qualquer significado a tais formulações, assim como negar qualquer significado a lapsos de língua e duplos sentidos no início da análise, atribuindo-os a uma maneira desleixada de falar, por exemplo. No entanto, com um pouco de encorajamento, a maioria dos neuróticos (novamente, estou falando aqui apenas daqueles que fazem análise em sua língua materna ou em uma língua que falam excepcionalmente bem)

pode ser persuadida a explorar os possíveis significados de lapsos, duplos sentidos e formações de compromisso verbais. O significado é visto aqui não como irrelevante, mas como multifacetado, ambivalente e demasiado complexo e sobredeterminado para ser completamente dominado.

Outro analisando, que, dado o contexto, buscava visivelmente o sintagma “livrar a cara”, saiu com a formação de compromisso “cobrir a cara”, sugerindo assim uma possível interferência da expressão “cobrir o traseiro” [*to cover one’s ass*]¹¹. O que tal formação de compromisso significa não é imediatamente evidente, mas não se pode sequer começar a desvendar um pedaço de “nonsense” como este a menos que primeiro o ouça e perceba que há algo fora do comum na formulação.

COMPREENSÃO DE QUEM?

Para evitar que caiamos na armadilha da compreensão, das conclusões precipitadas sobre o que as coisas significam com base em nossa própria experiência e concepções, e de transmitir nossos próprios entendimentos imaginários a nossos analisandos, devemos evitar colocar palavras em suas bocas. Falar em seu lugar nos permite articular nossa própria experiência, mas impede que eles articulem as suas. Fariamos melhor em usar apenas palavras que eles mesmos introduziram, na medida do possível. (Embora eu não acredite que o próprio Lacan tenha dito isso explicitamente, isso me parece uma simples extensão de sua cautela para não sermos tão rápidos ao considerar que entendemos o que os analisandos estão dizendo [ver, por exemplo, Lacan, 1993, Capítulo 1].) Devemos tentar não introduzir muito de nosso vocabulário, já que mesmo palavras cotidianas como “personalidade” e “relacionamento” implicam toda uma visão sobre as pessoas e a vida que pode ser bastante estranha aos nossos analisandos. Os mais jovens que pensam apenas em termos de “ficar” com alguém ou que evitam o compromisso como uma praga serão desencorajados por expressões como *relacionamento* e sentirão que estamos tentando impor algo ou que simplesmente não falamos a mesma língua que eles (o que é, claro, verdade em um nível mais profundo, já que nenhum de nós fala genuinamente a mesma língua, no sentido de podermos

nos entender imediata e completamente um ao outro, uma ilusão que muitos de nós temos quando, por exemplo, estamos apaixonados).

Se o analista introduzir um termo vago como “abuso” para caracterizar a experiência de um analisando, é provável que este interrompa quase automaticamente todas as tentativas de sua parte de explorar qualquer potencial contribuição subjetiva para essa experiência. Uma de minhas analisandas queixou-se durante muito tempo de que, quando criança, se sentia forçada a fazer tudo o que seus pais mandavam, e era obrigada a se submeter às suas punições. Na vida adulta, ela também se sentia forçada a comparecer a reuniões nas quais seus colegas expressavam muita raiva uns dos outros e isso lhe dava terríveis enxaquecas, embora ela soubesse muito bem que não seria demitida se não estivesse presente nestas reuniões. Ela disse que sentia a responsabilidade de ir às reuniões e expor seu ponto de vista, mas ficou bastante claro em suas discussões que ninguém ouvia o que ela tinha a dizer e que sua participação parecia apenas piorar as coisas para ela e suas causas. Assim como parecia haver algo masoquista em sua situação de trabalho adulta, também parecia haver algo masoquista em sua atitude para com os pais.

Sua mãe se enfurecia com ela por diversas razões e provavelmente a considerava ao menos parcialmente responsável pelo seu sofrimento na vida, mas nunca de forma alguma transmiti à analisanda que concordava com ela de que não havia absolutamente nada que ela pudesse ter feito sobre sua situação, absolutamente nenhuma outra abordagem que uma criança poderia ter tomado em tal circunstância para evitar ser alvo de gritos e surras. Certamente já ouvi falar de casos em que as crianças reagem de maneira bastante diferente a formas muito semelhantes de tratamento — algumas se retraem, outras fogem e outras obedecem externamente mas se rebelam internamente. Eu poderia ter me referido ao comportamento de sua mãe em relação a ela como “abuso verbal” e “abuso físico”, o que talvez tivesse agradado inicialmente a analisanda, pois colocaria todo o ônus sobre sua mãe e validaria sua própria sensação de que esta era totalmente culpada. Mas eu nunca fiz isso. Eu a encorajei a falar sobre todos esses incidentes e a desabafar nas sessões a raiva contra a mãe, algo que ela inicialmente relutou em fazer, e até enfatizei sua raiva em relação ao comportamento de sua mãe,

especialmente porque ela raramente expressava qualquer emoção. Mas nunca tentei atribuir toda a culpa a ninguém.

A analisanda eventualmente me contou que depois de uma sessão ela relembrou algumas de suas experiências de punição na primeira infância, e estremeceu quando percebeu que houve um momento em que ela soube, mesmo criança, que poderia ter fugido ou lutado ou proclamado sua inocência, mas em vez disso se submeteu à vontade de sua mãe ao cruzar voluntariamente a sala em direção a ela — ela se aproximou por vontade própria para receber a punição. Sua mãe não a pegou à força e a espancou, mas esperou que ela se deixasse espancar.

Quando a analisanda se lembrou disso, o que mais a assustou foi sua própria atitude submissa, sua submissão voluntária à vontade de sua mãe. Isso abriu a possibilidade para ela de explorar por que ela pôde ter feito tal coisa, o que deu margem a inúmeras especulações: será que ela acreditava que, se não tivesse se submetido, o castigo seria ainda pior? Será que ela acreditava que merecia o castigo? Ou ela de alguma forma tomou para si a punição como um sinal de amor e atenção de sua mãe? Será que ela, de modo mais geral, via a raiva das pessoas contra ela e o que ela considerava punição como sinais de zelo?

A última me pareceu muito provável. Pareceu-me que ela interpretava e construía numerosas situações em sua vida de maneira que pudesse ser punida, criticada e ditada no que fazer precisamente porque esses eram os únicos sinais verdadeiros de amor que ela de fato conhecera. Se eu tivesse concordado com sua caracterização inicial de sua situação quando criança como absolutamente desesperançosa e empregado termos como “abuso” — que ela mesma não usou, mas deu pistas — talvez nunca tivéssemos chegado a esse ponto, que era, eu suspeito, uma característica absolutamente crucial de sua existência no mundo, de sua postura na vida.

Termos como “abuso”, da psicologia popular e até da linguagem cotidiana, trazem consigo toda uma metapsicologia que seria melhor evitar, não necessariamente repetindo-os quando os analisandos os introduzem. Pois eles geralmente obscurecem a situação; simplificam e reduzem coisas que são muito mais complexas do que estes termos sugerem. Eles exoneram o analisando, considerando que eles muitas vezes se sentem ao menos em parte culpados. Mesmo que *nós* pensemos que

eles não têm culpa, seu sentimento é geralmente um sinal de que eles se sentem culpados por alguma outra coisa e que esta culpa foi deslocada de um evento ou desejo para outro.

Como Freud (1955a, pp. 175-176) sugere, devemos considerar a culpa como uma indicação clara de um crime que eles sentem que cometeram; não devemos procurar exculpá-los, mas sim determinar o crime original em questão, a fonte original da culpa. No caso do analisando obsessivo mencionado antes, que sonhava com o menino mais velho no chuveiro, sua tendência geral era culpar somente a si mesmo por *toda* a atividade sexual na primeira infância nas quais se engajou, com crianças mais velhas ou mais novas do que ele, nunca atribuindo qualquer tipo de culpa à outra parte. Seu “crime original” estava em outro lugar, nas primeiras circunstâncias envolvendo membros da família, não vizinhos; na verdade, ele parecia preferir envolver-se em atividades com os vizinhos pelas quais poderia então se recriminar, em vez de enfrentar os crimes edipianos pelos quais se sentia irremediavelmente culpado. Já no caso da analisanda, as coisas eram ainda mais complicadas: ela tendia a atribuir a culpa de seu sofrimento aos pais e depois aos colegas, não se vendo subjetivamente implicada em sua história de vida. Enquanto o analisando obsessivo via a si mesmo e suas próprias ações em todos os lugares, ela não via a si mesma e suas próprias ações em lugar algum. E, no entanto, ela aceitou claramente a afirmação de sua mãe de que ela era responsável por destruir sua vida e de que teria sido muito mais feliz se nunca tivesse tido filhos.

Esta analisanda muitas vezes desejou, como Édipo, nunca ter nascido, e ressentia-se terrivelmente de sua mãe — e até desejava que ela morresse —, por ter tido uma filha que pudesse ser culpada por arruinar sua vida. Seria por isso que esta filha se permitia ser punida pelas pequenas coisas sobre as quais sua mãe se encolerizava e pelas quais a analisanda se sentia inocente? Talvez a filha tenha tentado expiar sua culpa por querer a mãe morta, permitindo a esta o tipo de satisfação violenta e enraivecida que parecia sentir ao punir a criança.

A analisanda não conseguia entender sua submissão a tal punição, pois a conexão presumível (entre a ausência de culpa em relação às pequenas coisas pelas quais ela foi punida e sua autocensura por algo muito maior e mais pesado) era inconsciente. Um entendimento

consciente dessa conexão era, de toda forma, mais útil para o analista em termos da direção subsequente do tratamento do que para a analisanda, ou pelo menos é o que eu afirmaria. A própria analisanda precisava enfrentar a raiva que sentia por sua mãe, e isso ela começou a fazer logo após o choque que recebeu ao perceber seu envolvimento na relação a dois que levava à punição. Porém, o fato de ela chegar a entender conscientemente que se transformou em um cordeiro sacrificial para redimir seu desejo de morte (se isso for realmente verdade) não a leva além do que poderia ter sido alcançado através da confiança em um ego observador: ela teria aprendido a observar seu próprio comportamento e tentado parar de se submeter repetidamente à punição com o raciocínio: “Só estou fazendo isso (por exemplo, indo a esta reunião ou suportando esse tipo de tratamento dos meus colegas) porque eu queria minha mãe morta (e talvez também meus colegas)”. Isso teria feito pouco ou nada para afastar a tentação de se submeter ao castigo em primeiro lugar, nada para resolver o ressentimento dirigido à mãe que parecia ser a força motriz da repetição.

Acreditar que compreender a conexão (entre a culpa por desejar a morte da mãe e submeter-se à punição no presente) é suficiente para a mudança acontecer me parece equivocado. Por si só, isso apenas oferece um pouco de conhecimento abstrato para o analisando, em torno do qual sua percepção consciente de si vai se recristalizar, mas raramente, em minha experiência, isso leva a uma mudança fundamental, a algo que é sentido nos ossos. Além disso, essa conexão não é mais do que uma explicação fragmentada, pois, como mencionei anteriormente, a analisanda também passou a ver a punição dos outros como um sinal de amor, cuidado ou, pelo menos, atenção. Ela pode, aliás, ter se imaginado como sua mãe quando se submeteu ao castigo, fantasiando que os papéis estavam invertidos e que ela estava se vingando da mãe. Todos os nossos “entendimentos” devem ser vistos como provisórios, sujeitos a revisão e às vezes a reversão, e — dada a natureza sobredeterminada da experiência humana — parciais, isto é, apenas parte de uma história. Agarrar-se a qualquer compreensão particular como totalizante ou completa é perigoso tanto para o analista (que assim é levado a insistir infinitamente nas mesmas interpretações) quanto para o analisando (pois a própria

insistência sugere que pode muito bem haver algo um tanto conveniente, vantajoso ou gratificante nesta compreensão).

Alguns analistas podem argumentar que o que *eles* querem dizer com compreensão é algo que alguém sente nos ossos. Eu apenas destacaria que o que geralmente se entende por compreensão — fora dos círculos psicanalíticos, em todo caso — é uma atividade mental consciente envolvendo um entendimento *intelectual* de algo (como Webster [1989] define, entender é “perceber o significado de, apreender a ideia de, compreender; estar totalmente familiarizado com, apreender claramente o caráter, a natureza ou as sutilezas de; atribuir um significado a; interpretar de uma maneira particular; etc.”). Esse tipo de atividade mental acontece no decorrer de uma série de sessões psicanalíticas sem levar a nenhuma transformação perceptível nos sintomas do analisando. Quando, ao contrário, é feita uma associação acompanhada por um afeto considerável — seja surpresa, ansiedade ou euforia —, então podemos esperar uma mudança sentida nos ossos da pessoa, uma mudança que elimina a necessidade de auto-observação vigilante. Nesses casos, eu diria que atingimos o que Lacan chama de “real”: causamos um impacto no nível afetivo, libidinal, um impacto no nível das satisfações disponíveis para o analisando — em uma palavra, no nível do *gozo*.¹² Os efeitos mais profundos ocorrem nesse nível, que envolve a transformação da economia libidinal, não simplesmente das autocompreensões do analisando. De fato, em numerosos casos, uma mudança libidinal profunda ocorre sem que a autocompreensão do analisando seja afetada — em tais casos, a compreensão consciente é circunavegada como algo irrelevante para o processo de mudança.

Alguns sustentariam, sem dúvida, que o impacto de uma mudança de vida e/ou transformação libidinal é o que se entende por “compreensão verdadeira”, em oposição à compreensão fácil, incompleta, parcial ou falsa, que permaneceria apenas no nível intelectual. Eu argumentaria, ao contrário, que estamos lidando com duas atividades ou processos distintamente diferentes aqui e que uma grande confusão é criada quando um entendimento exclusivamente intelectual de uma associação ou interpretação é chamado de “falsa compreensão” e o poder transformador de uma fala do analisando é chamado de “verdadeira compreensão”, *quando não está claro se o analisando é capaz de formular qualquer coisa articulável sobre isso*, exceto para dizer que as coisas estão diferentes agora!

Freud afirmava que os analisandos que tiveram análises bem-sucedidas muitas vezes não conseguiam dizer depois o que havia acontecido ou por que, o que sugere que, para melhorar, eles não precisavam ser capazes de entender, no sentido usual da palavra, nada (por exemplo, descobrir algo para que pudesse ser explicado ou descrito a outros). Na medida em que a transformação pode ocorrer sem compreensão, é confuso, a meu ver, referir-se a ambas as atividades com a mesma palavra, apenas qualificando uma como “verdadeira” e a outra como “falsa”.

Para dar um passo adiante, eu alegaria que todo entendimento pode ser visto como enganoso, se não totalmente falso, uma vez que ele é sempre parcial, provisório, multifacetado, incompleto e projetado (imaginário). Acreditar que a compreensão pode ser toda é cair no sonho de Hegel do conhecimento absoluto, um sonho desacreditado por praticamente toda a filosofia contemporânea e empreendimentos científicos (seja nas chamadas ciências exatas, cujas “revoluções científicas” levam à rejeição de tentativas anteriores de conhecimento totalizante em um campo específico, ou nas ciências sociais/humanas). Não existe “conhecimento completo” — não pode haver mais do que uma fantasia disso. Tampouco é, creio eu, um exemplo de conhecimento completo dizer “não existe conhecimento completo”; isso é meramente um reconhecimento dos limites da compreensão humana. Eu mesmo sou conhecido por às vezes falar ou escrever como se eu compreendesse precisamente o que levou a uma mudança específica em um determinado analisando, mas, no entanto, afirmo que é no exato momento em que estamos mais convencidos de que temos um entendimento completo de algo que estamos mais propensos a ser iludidos. Na verdade, eu ficaria tentado a dizer que é a própria existência do inconsciente que *descompleta* qualquer compreensão que possamos ter; em outras palavras, o inconsciente leva a um teorema fundamental da incompletude na psicanálise, semelhante aos teoremas da incompletude de Gödel na aritmética.

O analista trabalha inevitavelmente dentro das fronteiras do conhecimento limitado e de entendimentos inevitavelmente parciais. No entanto, isso pode e deve bastar para que o trabalho prossiga. Observe que, assim como o analisando, o analista muitas vezes é pressionado a dizer *exatamente* o que causou qualquer mudança específica, reconstruindo *ex post facto* os prováveis aspectos do processo analítico que provocaram a

mudança. Em outras palavras, o analista não precisa entender — tanto quanto o analisando — exatamente o que está acontecendo para que o trabalho analítico seja efetivo. A compreensão, portanto, não é um elemento necessário para nenhuma das partes da aventura analítica.

Se significado e compreensão não devem ser nossa estrela-guia, o que deve nos nortear em nosso trabalho analítico? Lacan, embora inicialmente fascinado pela preocupação com o entendimento promovida por Karl Jaspers na psiquiatria, posteriormente propôs que nos orientássemos a partir do gozo, e é justamente por ouvir com tanta atenção aquilo os analisandos realmente dizem (com todos os deslizes, tropeços, duplos sentidos, e formações de compromisso típicas da fala na situação analítica), em oposição ao que eles queriam dizer, que podemos nos concentrar nas satisfações e insatisfações dos analisandos. “Que necessidade pode ter um analista de uma orelha extra”, pergunta Lacan (2006a, p. 471),

quando às vezes parece que duas já são demais, já que ele cai de cabeça no mal-entendido fundamental provocado pela relação de compreensão? Eu digo repetidamente aos meus alunos: “Não tentem entender!” [...] Que um de seus ouvidos fique tão surdo quanto o outro deve ser agudo. E é esse que você deve emprestar para ouvir sons e fonemas, palavras, locuções e frases, sem esquecer pausas, escansões, cortes, pontos e paralelismos, pois é a partir deles que a transcrição palavra por palavra pode ser preparada, sem a qual a intuição analítica não tem base ou objeto.

Escutar estes elementos nos permite localizar o gozo do analisando e, por fim, ter um efeito sobre ele, um efeito no real (ou seja, em sua economia libidinal).¹³ Ouvir apenas o significado nos confina ao nível imaginário, ao nível de compreensão; ouvir no nível simbólico aquilo que faz a fala sair dos trilhos — quer fazendo a analisanda se calar quando um pensamento muito perturbador para ser expresso não é concluído, quer fabricando uma formação de compromisso quando desejos ou pontos de vista múltiplos e às vezes opostos lutam por expressão simultaneamente — ajuda a conceder-nos acesso ao real, para o qual a compreensão (o imaginário com sua aparência de explicação) serve como pouco mais do que uma tampa, uma racionalização.

Não chegamos a *compreender* o gozo do analisando, mas apenas a detectá-lo e a trabalhar com ele. Afinal, o gozo é o que muitos analisandos

reclamam no início do tratamento: eles sentem que não estão obtendo satisfação suficiente na vida ou obtendo principalmente formas de satisfação que consideram desagradáveis e dolorosas — em uma palavra, insatisfatórias.

Não surpreendentemente, Lacan propõe que a interpretação seja inesperada, chocante e perturbadora (“oracular”, como ele diz)¹⁴: “A interpretação analítica não é feita para ser compreendida; ela é feita para fazer ondas” (Lacan, 1976, p. 35). A interpretação — empregada em casos de neurose, não de psicose — deveria, em sua opinião, buscar abalar o significado e desconstruir a autocompreensão do analisando.¹⁵

PARA ALÉM DA COMPREENSÃO

Em nosso esforço para evitar impor *ossos próprios entendimentos* (isto é, projeções imaginárias) aos nossos analisandos, devemos nos empenhar em nos abster de fazer perguntas sugestivas — isto é, de orientar os analisandos a caracterizar suas experiências de uma maneira que eles próprios não teriam feito se tivéssemos colocado perguntas mais abertas. Se um analisando diz: “Então eu saí com esse cara e depois passamos a noite juntos”, e queremos saber o que aconteceu naquela noite que passaram juntos, é provável que recebamos respostas muito diferentes se perguntarmos “Você teve relação sexual?” ou se perguntarmos “Passaram a noite juntos?” ou simplesmente “O que você quer dizer com isso?”. No primeiro caso, se a relação sexual estivesse de fato no cardápio, poderíamos simplesmente receber um “sim”, mesmo que ela fosse apenas um pequeno item do menu e dificilmente o mais importante para a mente do analisando. A introdução do termo *relação sexual* parece sugerir que tudo o que *nos* interessa é a relação sexual — isto é, se eles tiveram ou não —, então por que o analisando deveria se preocupar em nos contar sobre todas as outras coisas que ele poderia ter feito?

Ao fazer perguntas abertas em vez de perguntas sugestivas, provavelmente ouviremos muito mais detalhes, e geralmente são os comentários circunstanciais e tangenciais que as pessoas fazem — tanto na análise quanto na vida cotidiana — que são os mais reveladores. Obviamente, há momentos em que perguntas muito pontuais precisam ser feitas (ver Fink, 2007, Capítulo 2) — por exemplo, em casos em que um analisando reluta muito em falar sobre uma fantasia ou uma

experiência sexual da primeira infância —, mas mesmo estas perguntas não devem ser sugestivas. Pois o objetivo principal é encorajar e induzir o analisando a pôr em palavras o que nunca foi posto antes, e perderemos o propósito deste exercício se colocarmos nossas próprias palavras na boca dele.

Um jovem procurou-me queixando-se de muitas coisas, das quais a mais angustiante para ele era um zumbido constante nos ouvidos que o mantinha acordado à noite, deixando-o exausto o dia inteiro. Ele acreditava que esse zumbido havia sido causado pela execução contínua de seus instrumentos musicais de maneira muito alta, mesmo quando sabia que isso o estava prejudicando. A condição havia sido diagnosticada por um médico como *tinnitus*, e o analisando estava ciente de que poderia haver um componente psicológico nisso — ele me disse que havia lido que músicos propensos a ataques de pânico e angústia de separação tinham mais chance de sofrer dessa condição do que outros músicos que tocam música alta — mas ele procurou apenas atendimento médico e remédios por vários anos antes de entrar em contato comigo.

Por muito tempo não consegui extrair dele qualquer descrição desse fenômeno a não ser a de que havia zumbido em seus ouvidos, zumbido [*ringing*] sendo a palavra consagrada em inglês pela maioria das pessoas. Quando finalmente consegui fazê-lo falar com mais detalhes sobre o barulho ou som que o mantinha acordado à noite, ele se referiu a ele como “um som esmagador”. Quando repeti “esmagar” com uma entonação questionadora, ele acrescentou que era como o som de dentes ou ossos sendo esmagados. “Dentes ou ossos sendo esmagados?”, perguntei. O que imediatamente lhe veio à mente foi a expressão bíblica “ranger de dentes”, que ele associou ao inferno, onde haverá, ele disse, “choro e ranger de dentes”. Inferno, acrescentou, rima com a primeira sílaba de um dos nomes de sua mãe.

“Quando, na sua visão, as pessoas rangem os dentes?”, perguntei.

“Quando elas estão com raiva”, ele respondeu. Terminei a sessão ali e descobri, um mês depois, que ele não ouvia mais o mesmo som de antes e, na verdade, ouvia-o em apenas um ouvido agora, não em ambos. O som que o incomodava há anos *pareceu* ter mudado devido à nossa discussão sobre ele, pois o analisando não estava envolvido em

nenhum outro tratamento nesse íterim e ele mesmo mencionou que a mudança havia ocorrido logo após a sessão em que o discutimos. (Isso ainda não nos permite saber exatamente o que ocorreu na sessão que levou à mudança.)

“Como é o som agora?”, perguntei.

“Não soa mais como um inferno dantesco”, ele proferiu. Era mais como “um som de inseto” [*insect*], indicou, mencionando tangencialmente que não gostava da palavra “*bug*”¹⁶ por causa de sua conexão com “*bugger*”¹⁷, que ele sabia ser uma gíria embora declarasse não ter certeza do que ao certo ela se referia, mas o que ele ouviu nesta gíria foi “*bug her*” [incomodá-la] (será que ele queria incomodar, ou mesmo sodomizar, sua mãe, eu me perguntei, por razões que ficarão claras; ou seu nariz e/ou mucos estavam de alguma forma envolvidos aqui?¹⁸).

“Que tipo de inseto?”, perguntei.

“Acho que se chamam ‘*acadas*’”, respondeu ele, e eu poderia ter tentado corrigi-lo imediatamente oferecendo cigarras [*cicadas*], mas, em vez disso, perguntei quando ele as tinha ouvido antes, o que levou a uma discussão sobre sua infância no Sul [dos EUA].

Na sessão seguinte, ele contou que logo após o término da sessão anterior ele havia percebido que a palavra correta era cigarra, e associou várias coisas a ela, incluindo doença e aids¹⁹, que ele temia há muitos anos contrair, embora ele quase nunca tivesse tido contato sexual com ninguém. Um pouco mais tarde na sessão, perguntei a ele quando é que as cigarras faziam o som que ele ouvia. Minha suposição (baseada em minha própria experiência limitada com insetos) é que seria em um dia quente. No entanto, não afirmei isso, mas fiz uma pergunta aberta. Para minha surpresa, ele respondeu que achava que elas faziam aquele barulho durante a “época de acasalamento”.

Eu havia imaginado que chegaríamos ao sexo mais cedo ou mais tarde, como aconteceu com tantos outros sintomas dele, mas desta vez foi muito mais rápido do que eu esperava. Este analisando cresceu no Sul e dormia em uma almofada ao lado da cama de seus pais em seu quarto todas as noites até o fim da adolescência. Ele fazia isso por uma ampla variedade de razões, incluindo o fato de que ele tinha pavor de dormir sozinho quando criança e sua mãe constantemente o convidava para o

quarto dos pais. Ele também fez isso, indubitavelmente, para impedir que seus pais fizessem sexo e produzissem outro filho, o que teria usurpado seu papel especial de filho único. Sua presença no quarto efetivamente restringiu a vida sexual dos pais, mas ao longo dos anos eles transaram em diversas ocasiões pensando que o filho estivesse dormindo. Este, no entanto, esteve acordado em pelo menos parte dessas ocasiões, e tentava ficar o mais imóvel possível e *se esforçava para ouvir atentamente*, com o coração batendo forte, enquanto eles faziam sexo. Essas circunstâncias estavam no cerne de muitos outros sintomas seus, incluindo muitas vezes a convicção de que estava prestes a ter um ataque cardíaco, que seu coração estava falhando e que, se praticasse esportes e acelerasse o coração, teria um ataque cardíaco e morreria.

Pode muito bem ter sido que as cigarras estivessem contraindo e relaxando freneticamente seus músculos timbais internos para produzir sua “canção” assim como seus pais sentiam os efeitos do ar ameno da noite de verão e tentavam acasalar sem acordá-lo (esses insetos aparentemente fazem seu canto mais animado nas horas mais quentes). Talvez os dentes de seus pais estivessem batendo ou rangendo, e talvez ele pensasse que eles estavam se esmagando ou com raiva um do outro — essas hipóteses permanecem ainda a ser confirmadas ou refutadas no decorrer da análise.²⁰

Seja como for, eu não poderia prever com antecedência que o “zumbido nos ouvidos” do analisando seria acessível ao tratamento psicanalítico, muito menos que estaria associado a todas essas coisas. Foi somente fazendo inúmeras perguntas que não sugeriram nenhuma resposta minha que eu consegui fazer com que ele produzisse o material necessário para afrouxar o sintoma e colocá-lo em um caminho que pudesse levá-lo ao menos à sua extinção parcial.

Isso não significa que ele um dia entenderá exatamente por que o sintoma se formou ou que eu também entenderei. Como Freud (1955a, pp. 213-214) nos ensinou no caso do Homem dos Ratos — onde as palavras *Raten*, *Ratten* e *Spielratte* se juntaram para criar o debilitante “complexo de rato” — muitas vezes há algo sem sentido e aleatório sobre a formação de sintomas pelo qual fonemas, palavras, frases e até mesmo letras que soam ou se parecem desenvolvem conexões (“pontes

verbais”) entre si. Lacan (1998, p. 44) introduziu o termo *lalangue* (traduzido um tanto deslealmente para o inglês como “*llanguage*”) para designar o nível em que o inconsciente reúne tais sons e letras, cuja única ligação entre si é aliterativa (por exemplo, *sick, aids, cicadas*) — isto é, sem sentido, irracional ou incompreensível. Compreensão plena ou conhecimento total, se é que tal coisa poderia existir, não é necessária nem por parte do analisando nem por parte do analista.

Grande parte do material incluído neste artigo foi apresentado em oficinas ministradas no Departamento de Psiquiatria da Universidade de Creighton em Omaha, Nebraska, em 18 de abril de 2008, a convite de Geoff Anderson, e à Seção de Psicoterapia da Associação Psiquiátrica de Ontário em Toronto, em 1º de novembro de 2008, a convite de Doron Almagor. Foi substancialmente retrabalhado para publicação em abril de 2010 no *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 58(2), 259-85.

Tradução: João Clemente Moura

REFERÊNCIAS

- Fink, B. (1997). *A clinical introduction to Lacanian psychoanalysis: Theory and technique*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Fink, B. (2004a). *Lacan to the letter: Reading Écrits closely*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Fink, B. (2007). *Fundamentals of psychoanalytic technique: A Lacanian approach for practitioners*. New York and London: W. W. Norton & Co.
- Freud, S. (1955a). *Notes upon a case of obsessional neurosis*. In J. Strachey (Ed. and Trans.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 10, pp. 155-318). London: Hogarth. (Original work published 1909.)
- Freud, S. (1958a). *The interpretation of dreams*. In J. Strachey (Ed. and Trans.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vols. 4-5). London: Hogarth. (Original work published 1900.)
- Freud, S. (1961b). *The economic problem of masochism*. In J. Strachey (Ed. and Trans.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vol. 19, pp. 159-70). London: Hogarth. (Original work published 1924.)
- Freud, S. (1963a). *Introductory lectures on psychoanalysis*. In J. Strachey (Ed. and Trans.), *The standard edition of the complete psychological works of Sigmund Freud* (Vols. 15-16). London: Hogarth. (Original work published 1916-17.)
- Kuhn, T. S. (1962). *The structure of scientific revolutions*. University of Chicago Press.
- Lacan, J. (1967-1968). *Séminaire XV, L'acte psychanalytique* [Psychoanalytic Action]. Unpublished manuscript.
- Lacan, J. (1971-1972). *Séminaire XIX, ... ou pire*. Unpublished manuscript.
- Lacan, J. (1973b). *L'Étourdit. Scilicet, 4, 5-52*.
- Lacan, J. (1973-1974). *Séminaire XXI, Les non-dupes errent*. Unpublished manuscript.
- Lacan, J. (1975). *Introduction à L'édition allemande d'un premier volume des écrits. Scilicet, 5, 11-17*.

- Lacan, J. (1976). *Conférences et entretiens dans des universités nord-américaines. Scilicet*, 6/7, 5–63.
- Lacan, J. (1976–1977). *Séminaire XXIV, L'insu que sait de L'une-bévue saïle à mourre*. Unpublished manuscript.
- Lacan, J. (1988a). *The seminar of Jacques Lacan, Book I: Freud's papers on technique (1953–1954)* (J.-A. Miller, Ed., and J. Forrester, Trans.). New York and London: W. W. Norton & Co. (Original work published 1978.)
- Lacan, J. (1993). *The seminar of Jacques Lacan, Book III: The psychoses (1955–1956)* (J.-A. Miller, Ed., and R. Grigg, Trans.). New York and London: W. W. Norton & Co. (Original work published 1981.)
- Lacan, J. (1998). *The seminar of Jacques Lacan, Book XX: Encore: On feminine sexuality, the limits of love and knowledge (1972–1973)* (J.-A. Miller, Ed., and B. Fink, Trans.). New York and London: W. W. Norton & Co. (Original work published 1975.)
- Lacan, J. (2001b). *Autres écrits* (J.-A. Miller, Ed.). Paris: Seuil.
- Lacan, J. (2006a). *Écrits: The first complete edition in English* (B. Fink, Trans., in collaboration with H. Fink and R. Grigg). New York and London: W. W. Norton & Co.
- Lacan, J. (2006b). *Le séminaire, Livre XVIII, d'un discours qui ne serait pas du semblant (1970–1971)* (J.-A. Miller, Ed.). Paris: Seuil.
- Webster's Encyclopedic Unabridged Dictionary* (1989). New York: Portland House.

NOTAS

¹N.T. A tradução deste artigo foi feita a partir da versão incluída na coletânea “*Against Understanding*”, de Bruce Fink, publicada pela Editora Routledge. © 2014 Bruce Fink. Reproduzida com permissão do autor e de Taylor & Francis Group.

²Em outro contexto, Lacan (2006a, pp. 254-55) distingue a verbalização (ou colocar em palavras ou discurso) da “realização consciente” de Sartre (*prise de conscience*), esta implicando uma compreensão súbita, uma tomada de consciência repentina (intrasubjetivamente). Lacan indica que, como vemos no caso de Anna O., a compreensão súbita não é necessária para que os sintomas desapareçam, mas sim o ato de colocar em palavras, em uma linguagem que outras pessoas possam entender, mesmo quando o falante está hipnotizado. Anna O., ao contar sua

história a Josef Breuer, o fez em palavras compreensíveis para seu interlocutor. Ao simbolizá-la em voz alta para outra pessoa, seus sintomas desapareceram sem nenhum entendimento consciente — na verdade, sem qualquer consciência.

³Também não havia necessidade para mim de saber exatamente por que as coisas mudaram para ele. Foi suficiente suspeitar de uma possível conexão entre o tópico levantado nas sessões imediatamente após aquela em que o sonho da cena do chuveiro foi discutido e a cena do chuveiro em si, e perguntar quando ele começou a faltar à escola.

⁴Como Freud (1958a, p. 549) colocou, “explicar uma coisa significa traçá-la de volta a algo já conhecido” (ver também Freud, 1963a, p. 280).

⁵Os leitores familiarizados com a discussão de Lacan sobre o simbólico no início dos anos 1950 podem lembrar que nesta ocasião ele fala desse registro como algo que nos ajuda a compreender o significado e até possibilitar a intersubjetividade — que, nesse contexto, ele entendia como a compreensão mútua do significado por duas pessoas diferentes, ou seja, nossa capacidade de nos entendermos. Já em 1956 (ver Lacan, 2006a, p. 471), no entanto, e cada vez mais na década de 1960, Lacan passou a acreditar que a linguagem humana fazia muito mais para o mal-entendido e o erro de reconhecimento (*méconnaissance*) do significado da fala de outras pessoas do que para a compreensão mútua. Ele afastou seu foco da criação de significado para o que é sem sentido no discurso do analisando (ver, por exemplo, Lacan, 1978, onde o absurdo ou a falta de sentido é discutido em considerável extensão). Eu proporia que o ponto de virada ocorre em “A Instância da Letra no Inconsciente”, publicado pela primeira vez em 1957, onde a importância da barra entre significante e significado é enfatizada por Lacan (2006a) a tal ponto que ele acaba divergindo de Saussure ao afirmar que o significante (linguagem) e o significado (sentido) são reinos radicalmente separados e independentes. O significado torna-se associado para Lacan com o imaginário, o significante com o simbólico e a letra com o real. Para uma discussão detalhada de “A Instância da Letra”, veja Fink (2004a, Capítulo 3).

⁶N.T. A palavra *rein* significa “rédea” e foi usada no contexto acima como verbo.

⁷N.T. “*Rein in*” seria a frase verbal mais convencional. Significa limitar ou controlar algo.

⁸Acreditar que se alcançou uma “verdadeira compreensão” do discurso do analisando ao apelar para a concordância com o significado pretendido, perguntando ao falante se está correta a interpretação, é inútil do ponto de vista psicanalítico, uma vez que o falante pode muito bem não estar ciente das intencionalidades concorrentes que se fundiram em sua enunciação, ou pode não estar disposto a admiti-las. Em outras palavras, a “confirmação” da compreensão pelo falante

não é prova da veracidade da compreensão do significado. Isso exige um endosso implícito da noção de autotransparência e uma rejeição da noção do inconsciente (isto é, da subjetividade dividida ou fragmentada) e coloca em questão a utilidade da tentativa de ver as coisas exatamente como o analisando supostamente vê e de entender o significado exatamente como o analisando faz, pois ele é (como todos nós) um ser multinível e dividido, cujas autocompreensões conscientes são necessariamente parciais e enganosas.

Eu não creio que Lacan endossasse a ideia de que poderíamos aproveitar ou usar vantajosamente o imaginário em nosso trabalho com analisandos neuróticos. Embora ele obviamente acreditasse que a projeção dos analisandos sobre nós, como portadores de um conhecimento que pode ser de alguma utilidade para eles (isto é, sua visão de nós como sujeitos que supostamente sabem o que está errado com eles, como consertá-los e todo tipo de outras coisas também), constitui a força motriz da transferência, ele foi muito claro ao afirmar que não devemos ser tentados a pensar que realmente sabemos, por mais lisonjeiro que possa ser para nós ter analisandos atribuindo tal conhecimento e visão a nós.

⁹Lacan formula isso em várias ocasiões de diferentes maneiras: “Não há outra resistência à análise além daquela do próprio analista” (Lacan, 2006a, p. 595); “A resistência do paciente é sempre a sua” (Lacan, 1993, p. 48); e “A resistência encontra seu ponto de partida no próprio analista” (Lacan, 1976-77, 11 de janeiro de 1977).

¹⁰N.T. Frase verbal atípica, que traz consigo a palavra “*stick*” [vara, pau, bastão].

¹¹N.T. Dar cobertura, “salvar a pele” de alguém.

¹²Gozo refere-se ao tipo de prazer ou satisfação que as pessoas obtêm de seus sintomas, sobre o qual Freud (1963a) diz: “O tipo de satisfação que o sintoma traz tem muito de estranho... É irreconhecível para o sujeito, que, ao contrário, sente a suposta satisfação como sofrimento e dela se queixa” (pp. 365-66). Não é um “simples prazer”, por assim dizer, mas envolve uma espécie de dor-prazer ou “prazer na dor” (Schmerzlust, como diz Freud, 1961b, p. 162) ou satisfação na insatisfação. Ele qualifica o tipo de “barato” que alguém pode obter de punição, autopunição, fazendo algo que é tão prazeroso que dói (clímax sexual, por exemplo), ou fazendo algo que é tão doloroso que se torna prazeroso. A maioria das pessoas nega ter prazer ou satisfação com seus sintomas, mas “observadores de fora” (aqueles que as cercam) muitas vezes podem ver que elas gostam de seus sintomas, que “se divertem” com eles de uma maneira muito confusa, imoral ou repugnante para ser descrito em termos convencionais como prazeroso ou satisfatório. Lacan chega a dizer que “o gozo nos incomoda pra cacete!” (Lacan, 1973-74, 13 de novembro de 1973). O gozo não é necessariamente algo que se procura deliberadamente, que se decide sair e buscar, por assim dizer. Boa parte

do nosso gozo simplesmente nos acontece, muitas vezes sem que saibamos por que, sendo-nos entregue em bandeja de prata, como se fosse pela Providência ou pela graça divina, vindo quando menos esperamos e não vindo, por outro lado, quando mais esperamos ou desejamos. Para uma discussão mais aprofundada do termo, ver Fink (1997, pp. 8-9).

¹³Ver, por exemplo, Lacan (1973b, p. 30).

¹⁴Ver, por exemplo, Lacan (2006b, 13 de janeiro, 1971; 2006a, pp. 106 e 588; 1973b, p. 37; e 1975, p. 16).

¹⁵Para uma discussão detalhada da abordagem de Lacan da interpretação, ver Fink (2007, Capítulo 5).

¹⁶N.T. Sinônimo de *insect*, de uso mais coloquial.

¹⁷N.T. Expressão usada para descrever alguém que penetra de maneira não consensual o ânus de outra pessoa. Usada também popularmente para descrever uma pessoa ou situação incômoda ou inconveniente.

¹⁸N.T. Meleca, em inglês, é *booger*, cuja pronúncia é por vezes idêntica e por outras bastante semelhante a *bugger*.

¹⁹N.T. *Cicadas* se pronuncia como “siquêidas”, contendo portanto *sick* (doente) e *aids* (“êids”).

²⁰O paciente posteriormente me disse, em associação a um som que um teclado em especial fazia em um sonho que ele teve, que seus pais frequentemente colocavam um CD de sons de tempestade — contendo *chiado* de chuva — quando iam dormir à noite, sem dúvida para mascarar para ele os sons que eles estavam fazendo. O chiado que ele reclamava ouvir constantemente em sua vida cotidiana o mantinha revivendo suas noites anteriores no quarto deles.